



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

O ENSINO A DISTÂNCIA: UM REFLEXO DA EXPANSÃO MERCANTILIZADA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL

KARINA CAPUTTI VIDAL¹

Resumo: O presente artigo busca analisar o Ensino a Distância (EaD) no processo de expansão da Educação Superior. A educação é apreendida enquanto um complexo social fundado pelo trabalho. O artigo se propõe a analisar a Educação Superior a partir da incursão do Projeto Neoliberal, apreendendo o seu deslocamento enquanto mercadoria aos interesses do capital. No Serviço Social a crescente expansão do EaD demonstra a intensa mercantilização a partir desta modalidade de ensino. Este artigo considera os dados emitidos anualmente pelo INEP e a representatividade dessa expansão para o Estado de São Paulo.

Palavras-chaves: Educação Superior. Ensino a Distância. Mercantilização da Educação. Serviço Social.

Abstract: This article aims to analyze Distance Learning (EaD) in the process of expansion of Higher Education. Education is apprehended as a social complex founded by work. The article proposes to analyze Higher Education from the incursion of the Neoliberal Project, apprehending its displacement as a commodity to the interests of capital. In Social Work, the increasing expansion of the EaD demonstrates the intense commercialization of this type of education. This article considers the data issued annually by INEP and the representativeness of this expansion for the State of São Paulo.

Keywords: College education. Distance learning. Mercantilization of education. Social Work.

I INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo debater sobre o Ensino a Distância (EaD) considerando o processo de expansão da educação superior e sua expressão no Serviço Social. As questões aqui expostas fazem parte dos resultados obtidos na pesquisa do mestrado.

Para tanto esta pesquisa buscou identificar os elementos principais que implicam no surgimento do EaD, como este se manifesta na realidade concreta e os principais resultados para a profissão. Além dos dados emitidos anualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no período de 2006 a 2014, buscou-se identificar as IES (Instituições de Ensino Superior) de maior expressão no Estado de São Paulo, considerando o capital financeiro.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: karinacaputti@gmail.com.

A educação é aqui apreendida enquanto uma atividade fundada pelo trabalho, tendo como finalidade a reprodução dos homens no qual as objetivações devem ser universalizadas a todos os indivíduos. A educação cumpre o papel social de reproduzir os conhecimentos historicamente acumulados, mas, além disso, também atua na subjetividade dos indivíduos, e tem a capacidade de influenciar os homens.

Trabalho e educação são atividades unicamente humanas, como aponta Lukács (2013, p. 213): “[...] a educação é um processo puramente social, um formar e ser-formado puramente social”. Dessa forma, a apreensão da educação deve ser considerada conforme o desenvolvimento de cada sociedade, assim no modo de produção capitalista é necessário apontar como esta se desenvolve intrinsecamente ligada aos interesses do capital.

No cenário brasileiro os anos 90 demarcam a implantação do Projeto Neoliberal. A nova hegemonia do capitalismo nas bases materiais e na reprodução social implica em substantivas alterações no mundo do trabalho e no realinhamento do Estado com o neoliberalismo. Essa reestruturação produtiva nos interesses do capital culmina em retração dos direitos sociais, trabalhistas e o direcionamento do Estado à privatização conforme os interesses do mercado financeiro mundial. Assim, conforme Pereira (2008, p. 55):

Associados ao projeto neoliberal desenvolveram-se os processos de reestruturação produtiva e de globalização dos capitais. Este último estabeleceu como prerrogativa a redução do papel do Estado-nação a mero “ponto de apoio” para os interesses do capital financeiro e também para a instalação de empresas transnacionais, principalmente nos países de terceiro mundo. Esses passaram a buscar condições de exploração da força de trabalho sem barreiras para a realização de seus superlucros, o que se traduziu em redução de direitos sociais e trabalhistas.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino que não se explica por si só, sendo necessário apreender como ocorre sua expansão considerando as particularidades do Estado brasileiro.

II – A TRAJETÓRIA DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

A incursão do Projeto Neoliberal no Brasil inicia-se na década de 90 com o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) segue no governo Itamar Franco (1992-1994) e ampliação nos próximos governos. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) resulta de forma mais expressiva em novas configurações das ações do Estado.

Este projeto ganha relevância com o discurso da ineficiência do Estado, defendendo que seria o principal responsável pela crise, cabendo-lhe se modernizar e adaptar às novas exigências do mundo globalizado. Conforme Lima (2007, p. 326): “A crise administrativa indica a necessidade de reconfiguração da matriz gerencial da aparelhagem estatal: de um paradigma burocrático para um paradigma pós-burocrático, ou gerencialista”. Com isso, o

Estado deveria minimizar sua intervenção na economia do País, realizando políticas de privatização, assim os direitos sociais passam a integrar a esfera privada com maior relevância e o Estado inicia de forma crescente a privatização de serviços públicos e nesse processo a educação se insere como mercadoria no mundo globalizado.

As modificações do Estado para se alinhar ao Projeto Neoliberal implica em privatizações das políticas públicas, na Educação Superior a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Lei: n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 passa a ser um mecanismo fundamental para as significativas mudanças que ocorrem no sistema de ensino do país. Dentre as alterações destacamos aqui a possibilidade de subordinar as universidades à lógica do mercado, introduzindo ainda a ideia de autogestão financeira, justificando para o Estado a possibilidade de retrain recursos e investimentos diretos na educação, implicando, para as universidades públicas, a responsabilidade de manutenção de recursos financeiros; essas alterações acabam estimulando a parceria das universidades com o sistema empresarial. Com isso, a universidade vai crescentemente deixando de ter função social clara e definida e mergulhando no abismo das parcerias público-privadas. Modificando de forma irremediável a educação superior no Brasil, a universidade adentra no mundo empresarial, na lógica do mercado, que passa a ditar as regras nessa nova configuração.

Considerando os dados do INEP no período de (1995 – 2002) observa-se que no ano de 1995 havia no país 210 IES públicas que ofertavam 178.145 vagas e 684 IES privadas que ofertavam 432.210 vagas, já em 2002 (último ano do governo FHC) havia 195 IES públicas disponibilizando 295.354 vagas, contudo as IES privadas identificadas são de 1.442 disponibilizando 1.477.733 vagas.

Em 2002, último ano do governo de FHC, o setor privado do sistema educacional era de 89,9%, enquanto que o setor educacional público era de 11,11%. Sem dúvida, o setor privado passa a ser o grande provedor da educação superior do País; é acentuada a educação empresarial, de mercado para mercado; a educação superior é um produto, uma mercadoria, que participa de toda a relação de produção existente no sistema capitalista.

De acordo com Abramides (2006, p. 273):

A Reforma de ensino superior do governo FHC de forte marca economicista e privatista retira a educação da esfera dos direitos e a coloca como um serviço disponível no mercado. A educação sai da esfera do público e volta-se para o privado. Ao sair do âmbito dos direitos, legalmente pela reforma do Estado, entra para a esfera dos serviços não exclusivo do Estado, assim como o que ocorre com a Previdência e a Saúde.

Se por um lado o governo FHC se destaca como um pontapé nas medidas de ampliação do mercado educacional, o governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) garante esta marca e propaga medidas na política educacional que vão reconfigurando a educação

superior no País. O período em questão é demarcado por um extenso arcabouço de medidas legais que implicam na reconfiguração do sistema educacional. No ano de 2003 por meio do Decreto 03 o governo institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), tendo como finalidade analisar a situação da educação superior e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, seu desenvolvimento e a democratização² do acesso.

O referido documento atribui os problemas da educação à crise fiscal do Estado, contudo, não aprofunda a análise das causas e nem suas origens. O foco do documento incide sobre a ampliação de vagas nas IES públicas, porém apresenta maior preocupação e direcionamento na crise das IES privadas:

[...] as universidades privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontram-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas (BRASIL. GTI, 2003).

O documento aponta a ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes, e para articular esses itens com aumento de vagas nas IES federais, propõe o aumento da carga horária dos docentes em sala de aula, o aumento no número de alunos e o ensino a distância³. Verifica-se que o documento põe em declínio a qualidade e em ascensão a quantidade. A universidade passa a centrar-se no ensino, e não na educação, fator este que combina com as análises do Banco Mundial (1994). O documento traz crítica ao modelo de educação superior das universidades de pesquisa, alegando que é muito caro para os países mais pobres e, por isso, inadequada, pelo tempo que exige; salienta que o País deve centrar-se em sistemas de ensino mais rápidos e com menores recursos envolvidos.

No documento do Banco Mundial (1999) está destacado que o sistema de educação em países periféricos deve contar com poucas universidades de pesquisa, e reafirma que os investimentos devem ser destinados para formação de curta duração. Com isso, o GTI (2003) identifica o EaD⁴ enquanto um caminho curto e viável para o aumento em larga

² Com relação a este termo cabe pontuar que as ações do governo direcionadas a educação superior implicaram em uma maior ampliação da relação pública- privado em detrimento de uma educação pública. Aqui destacamos ainda que o modelo instituído corrobora com os interesses dos organismos internacionais e a definição de educação para os países periféricos. O modelo educacional definido deflagra as diferenças existentes no sistema educacional, onde uns possuem condições de acessar uma educação de melhor qualidade enquanto que a grande maioria da população se submetem a um modelo educacional aligerado e deficitário como o que ocorre na formação a distância.

³ Os documentos do governo tratam o Ensino a Distância como Educação a Distância, mas entendemos que esse termo é equivocado, visto que a educação tem horizontes mais longínquos, englobando o ensino; a confusão constante em muitos documentos oficiais, na verdade, deflagram que o governo entende a educação superior apenas como a transmissão de conhecimentos, não considerando o educando enquanto sujeito ativo e pensante. Como o Ensino a Distância limita, e muito, a função real da educação, não nos remeteremos, nesta pesquisa, ao termo educação, para nos referirmos ao Ensino a Distância.

⁴ Cabe aqui um destaque: este artigo se propõe a apreender sobre o EaD, contudo não desconsidera a massificação das vagas que ocorrem através dos seguintes programas: REUNI (Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e Prouni (Programa Universidade para Todos).

escala das vagas nas IES, colocando a educação presencial como um empecilho e limitada na perspectiva da ampliação das vagas. O primeiro ministro da Educação do governo Lula, Cristovam Buarque, no documento Universidade numa Encruzilhada (2003, p. 3) defende “[...] a necessidade de uma revolução no conceito de universidade”, e incentiva abertamente o EaD como necessidade para o País.

A partir do amparo legal, contidos primeiramente na Lei 9.394/1996, no artigo 80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”. (BRASIL, 1996), que a partir do ano 2000, as primeiras universidades são credenciadas pelo MEC para fornecer cursos de ensino superior a distância e a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (Unirede).

Assim, o Decreto n. 5.622/2005 regulamenta o art. 80 da LDBN e o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, institui a Universidade Aberta do Brasil (UAB), referente à participação das Instituições Públicas na oferta de cursos a distância. Dessa forma, o aparato legal permite, conclusivamente, a eminente criação de cursos nessa modalidade de ensino, porém, o debate acerca do EaD vai muito além da questão da legalidade dessa “saída” definida pelo governo na proposta da ampliação das vagas na educação superior.

A partir do governo Lula, o EaD ganha relevância e destaque, pois passa a ter lugar diferenciado na medida em que compõe a democratização do acesso para o ensino superior. Os dados oriundos do EaD representam novos processos da formação profissional, possibilitando ao País elevar os números da educação superior, e a influência dessa modalidade vai muito além dos números, pois permite ainda reconfigurar as estruturas institucionais, a função do corpo docente, o perfil do corpo discente, as ferramentas didáticas no processo de formação, entre outras questões, assim, “[...] é preciso reconhecer que a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, [...] não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça no curto e médio prazo”. (BRASIL, 2003, p.13).

III – A SAÍDA BRASILEIRA: A INTENSIFICAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

No item anterior identificou-se como as alterações da educação superior possibilitou a emergência do EaD no país. Essa expansão apresenta contradições importantes, que devem ser consideradas, são elas: a primeira é com relação à qualidade do ensino superior; a segunda é que passa a ser utilizada como mecanismo importante do poder público para o incremento dos índices de acesso à educação superior. Assim, o EaD é uma modalidade de ensino para a aceleração rápida da expansão do número de vagas disponíveis e por isso uma possibilidade de formação superior de baixo investimento. Essa modalidade passa a

ser incorporada pelo discurso da “democratização do acesso”, criando a ilusão de que aumentar indiscriminadamente o número de vagas é garantir a educação superior.

A educação superior no Brasil segue as orientações do BM e a formação profissional é para atender às necessidades do mercado de trabalho. Nesse aspecto, quanto maior o número profissionais formados anualmente, maior será a concorrência no mercado de trabalho e, conseqüentemente, ocasiona a queda dos salários para as diversas carreiras profissionais. Como não se criou no País a possibilidade de formação igual, o EaD aparece como alternativa para os milhares de jovens com menor poder aquisitivo, que encontram nessa modalidade de ensino a possibilidade de almejar uma carreira profissional.

Essa alternativa da educação superior no País tem sido defendida veementemente pelos organismos internacionais. Em 2012, a Unesco, no documento *Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década 2011-2020*, discute a inovação do ensino superior brasileiro, apontando que o modelo de universidade pública atual não atende às necessidades de um novo mundo em formação; analisa a expansão do EaD como uma saída possível que deve ser ampliada; critica o fato das IES públicas, por meio da UAB, fornecer um número de vagas muito inferior às IES privadas nessa modalidade de ensino; reafirma a necessidade de uma nova formação para docentes ligada diretamente aos meios tecnológicos. O documento é finalizado com a seguinte colocação:

[...] consideramos que é preciso pensar os desafios da ES para os próximos dez anos, tendo em vista que a principal característica do mundo atual é a mudança constante e ininterrupta, acelerada pelas novas tecnologias, e cujos efeitos afetam todo o planeta e praticamente todas as áreas e condições da atividade e da vida do homem e da sociedade. Assim, é preciso pensar o futuro do ES, assumindo valores e princípios e articulando ações e estratégias que permitam cumprir sua missão num mundo em constante mudança (UNESCO, 2012, p. 162)

O interesse pela ampliação do EAD é crescente e novas estratégias devem ser utilizadas na proposta de ampliação, principalmente nas IES públicas, que o documento afirma ter crescimento insatisfatório nos últimos anos:

[...] a quantidade de estudantes que ingressam na modalidade EaD cresce mais de 40%, o que se deve, fundamentalmente, apesar da criação em 2006 da UAB, à atuação das IES privadas que, desde 2005, superaram a oferta de vagas a distância das IES públicas (UNESCO, 2012, p. 98).

Os dados do INEP permitem identificar a ampliação das vagas ofertadas pelo EaD, no ano de 2002 havia 1.773.087 vagas no ensino presencial e 24.384 vagas ofertadas pela modalidade a distância, no ano de 2014 foram ofertadas 3.545.297 vagas no ensino presencial e 2.800.358 vagas na modalidade EaD.

O relatório da Unesco (2012) analisa a movimentação financeira dessa modalidade de ensino, e verifica-se a educação sendo tratada como negócio viável para essa nova proposta de formação superior; também apresenta dados dos estados brasileiros que mais

movimentaram recursos financeiros nessa modalidade de ensino e o estado de São Paulo é o que mais tem utilizado e investido nessa modalidade.

Em 2009, o negócio de EaD movimentava R\$ 3,812 bilhões no Brasil (4,2% do montante total no Brasil), contando com cerca de 2,65 milhões de estudantes (5,3% do número total no Brasil), distribuídos nos seguintes principais Estados da União:

- SP – 653,3 mil estudantes (24,7%) = R\$ 940,1 milhões;
- RJ – 164,2 mil estudantes (6,2%) = R\$ 236,2 milhões;
- MG – 86,1 mil estudantes (3,2%) = R\$ 123,9 milhões (UNESCO, 2012, p. 98).

Está em curso uma nova proposta de educação superior, ligada a uma lógica de mercado e a uma opção “fácil” de formação profissional. Isso desvela os motivos de ataque por parte do governo às IES públicas, trazendo à tona seus reais interesses. A educação superior, hoje, no modelo conhecido, torna-se cada vez mais rara e os danos sociais dessas mudanças são inúmeros e preocupantes. A educação deixa de ser um bem social; é lançada aos mercados nacional e internacional; vivenciamos o deslocamento da educação superior que passa a não atender ao coletivo social, mas à individualidade e ao mercado. Aqui se expressa a fragmentação da vida imposta pelo modelo capitalista de produção.

O EaD se coloca na atualidade com alguns argumentos veementemente utilizados pelo governo, como: inclusão do acesso à educação; atende às novas necessidades de ensino pelo aparato tecnológico; e ainda prioriza o novo perfil profissional exigido pela contemporaneidade.

IV- O ENSINO A DISTÂNCIA (EAD) E SUA EXPRESSÃO NO SERVIÇO SOCIAL

O EaD ocasionou fragmentação expressiva do processo educacional; fragmentou a finalidade social da universidade, o trabalho docente, o processo de conhecimento, os espaços de vivência, a possibilidade de integração com pesquisas e extensão; enfim, levou o processo de aprendizado a um ambiente isolado e solitário, onde a integração ocorre exclusivamente com um computador (máquina) e as relações se estabelecem de forma virtual.

No âmbito do governo, o EaD surge como possibilidade de aumentar as vagas ofertadas para o acesso à educação superior e os interesses reguladores do mercado. Não é gestado como real proposta de formação profissional, mas uma ferramenta viável perante as exigências do grande capital. E isso se deve principalmente às condições propícias que a gestão FHC (1995-2002), com a ampliação das IES privadas; e Lula (2003-2011), com a intensificação da oferta de vagas em IES privadas e a explosão das vagas do EaD, consolidaram como alternativa para as grandes empresas educacionais privadas na captação financeira.

No ano de 2014, o Inep identifica o número de polos educacionais ⁵ presentes no Brasil, identificando a presença de 4.912 polos, a região brasileira com a maior presença de polos educacionais é a região sudeste com 1.857 polos representando 37,80%. Destes 51% dos polos localizam-se no Estado de São Paulo, sendo que 5,93% estão presentes nas IES públicas enquanto que 94,07% estão presentes nas IES privadas. (INEP, 2014).

No Serviço Social desde 2006 as primeiras IES são autorizadas a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade de ensino a distância, sendo ofertados por Universidades e por Centros Universitários, com relação à categoria administrativa, somente a Universidade do Tocantins (UNITINS)⁶ que é pública estadual, todas as demais são instituições privadas.

Conforme o e-mec (2016) havia 33 IES habilitadas para fornecer o curso de Serviço Social na modalidade a distância. Desse montante 21 IES são definidas como universidades e 12 IES são identificadas como Centro Universitário. As universidades que representam o maior número de polos educacionais é a UNOPAR⁷ (Universidade do Norte do Paraná) e a UNIDERP⁸ (Universidade Anhanguera), essas duas universidades conforme os dados do e-mec ofertavam 63,83% das vagas disponíveis e totalizam 968 polos de ensino no território nacional, desses 178 polos estão localizados no Estado de São Paulo, sendo que a UNIDERP apresenta 119 polos neste estado. Outro destaque é para a UNIP⁹ (Universidade Paulista) que apresenta 598 polos de ensino desses 225 polos localizam-se no Estado de São Paulo, contudo a universidade disponibiliza 960 vagas para o curso de Serviço Social. Outro destaque importante a UNESA¹⁰ (Universidade Estácio de Sá) que oferta anualmente 4.045 vagas para o curso de serviço social com 80 polos de ensino, desses 10 polos estão localizados em São Paulo. E ainda a UNISA¹¹ (Universidade de Santo Amaro) com 23 polos

⁵ O polo de apoio presencial é regulamentado pelo Decreto n. 5.622, de 2005, e está definido no art. 12 como: “a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”. Para o EaD, os procedimentos de regulação e avaliação estão regulamentados pelo Decreto n. 6.303 de 2007, que define as atividades presenciais obrigatórias, como: “As atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, serão realizados na sede da instituição ou nos polos de apoio presencial, devidamente credenciados” (Art. 10, § 2º). Devem funcionar como ponto de referência para os alunos tendo horários de funcionamento diversificados que atendam às necessidades dos estudantes.

⁶ A Unitis não fornece mais o curso na modalidade EaD, pois foi descredenciada pela Portaria 44, de 18 de agosto de 2009, devido a uma série de irregularidades; essa portaria descredenciou também o curso na modalidade presencial. Em 25/6/2010 a Portaria 837, após recurso da IES, recredenciou a Unitins para compor o sistema de UAB. Em 2010, reabriu o vestibular com o curso de Serviço Social somente na modalidade presencial.

⁷ UNOPAR sede localizada em Londrina/PR, autorizada a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade EaD em 12/02/2007.

⁸ UNIDERP sede localizada em Campo Grande/MS, autorizada a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade EaD

⁹ UNIP sede localizada em São Paulo/SP, autorizada a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade EaD em 18/02/2008.

¹⁰ UNESA sede localizada no Rio de Janeiro/RJ, autorizada a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade EaD em 22/07/2010.

¹¹ UNISA sede localizada em São Paulo/SP, autorizada a fornecer o curso de Serviço Social na modalidade EaD em 22/04/2008.

de ensino em São Paulo, sendo assim 47% dos seus polos de ensino concentram-se neste estado.

É importante identificar que as duas universidades com grande destaque na oferta do curso a distância em Serviço Social é a UNOPAR e UNIDERP ambas são marcas do grupo Kroton educacional, a empresa foi fundada em 1996 em Belo Horizonte/MG, a partir da rede de ensino Pitágoras. Cabe ressaltar que esta empresa atua por meio de uma estrutura societária e participação estrangeira a partir de investidores e dos fundos de private equity. No ano de 2011 a empresa adquire a UNOPAR por 1,3 bilhões e no ano de 2013 ocorre a fusão com a UNIDERP, tornando-se a maior empresa de ensino superior do mundo por capitalização de mercado.

Cabe ainda um destaque para a Laureate International Universities, empresa norte-americana, com atuação em 29 países, com destaque para: América Latina, Estados Unidos, Sudeste Asiático, Europa Ocidental, China, Austrália e Oriente Médio. Conforme os dados do e-mec essa empresa educacional disponibiliza 1.449 vagas anuais a distância para o curso de Serviço Social.

De acordo com matéria publicada na revista Exame, em outubro de 2013, o fundador e presidente do grupo, o americano Douglas Becker, considera o Brasil um país propício para o investimento na educação superior, apontando que as ações do governo tem possibilitado a expansão de investimentos privados.

O Brasil é um dos maiores mercados do mundo para investimento na educação superior pela proporção que o ensino privado tem no mercado. Três quartos dos estudantes universitários estão nas escolas privadas, índice superior ao dos Estados Unidos (Douglas Becker – Entrevista, REVISTA EXAME)

Na concorrência do mercado educacional outra empresa de destaque é a Estácio de Sá, sendo considerada a terceira empresa no ramo da educação, recebe auxílio financeiro do grupo GP investimentos. As marcas da empresa estão presentes em cerca de 20 estados brasileiros, conforme matéria publicada em agosto de 2015 pela revista Exame a empresa faturou no segundo trimestre de 2015 R\$ 131,9 milhões.

No geral, a modalidade a distância é fornecida de duas formas: cursos *on-line* e, nesse caso, os alunos frequentam o polo em datas e atividades determinadas, normalmente para realizar atividades complementares, estágio e avaliações. As aulas são acessadas pelos alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e ficam disponíveis para acesso a qualquer momento.

Este formato privilegia o ensino por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)¹², espaço em que o aluno pode acessar todo o conteúdo do curso

¹² Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma espécie de sala de aula *on-line*, desenvolvida para cada um dos cursos. Possui as ferramentas necessárias para o processo de ensino a distância.

disponibilizado a qualquer momento pela internet. O aluno também realiza encontros programados no polo presencial, além das suas avaliações, atividades e os encontros determinados pela legislação, perfazendo o total de 20% da carga horária do curso (www.unip.br).

A outra forma é conhecida como curso a distância semipresencial. Nesse caso, o aluno deve comparecer ao polo de ensino algumas vezes por semana, conforme a determinação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada um dos cursos.

[...] um sistema bimodal, conta com atividades síncronas e assíncronas, ou seja, com momentos presenciais em teleaulas transmitidas ao vivo, via satélite, aula atividade para o trabalho em grupo e seminários e também com atividades não presenciais que você irá realizar em ambientes virtuais de aprendizagem especialmente preparados para a sua formação (UNOPAR, 2013, p. 8).

O EaD possibilita flexibilidade nos estudos, com relação a deslocamento e tempo, para um público específico, o trabalhador-estudante¹³. A modalidade é “[...] recomendada para aqueles que não possuem disponibilidade de tempo ou de deslocamento para irem ao polo uma vez por semana” (UNOPAR, 2013, p.3). Os cursos ofertados enfatizam que em sua metodologia de ensino prevalece a autoaprendizagem e o estudo autônomo, entendendo o aluno como o responsável direto por seu processo de aprendizado. “Estudar a distância tem como princípio o estudo autônomo, ou seja, que o aluno organize seu tempo para o estudo, com leituras e com pesquisas de materiais didáticos e conteúdos das disciplinas” (UNOPAR, 2013, p. 6).

No autoaprendizado e estudo autônomo, a ênfase do processo de conhecimento é colocada no aluno, a quem cabe definir como estudar; dessa forma, essa metodologia de estudo apresenta apoio relativo ao aluno, e a educação é entendida como um processo individualizado, cabendo a cada um definir a própria aprendizagem, assim, o aluno deve buscar o conhecimento não dependendo apenas das teleaulas que, no geral, apresentam conteúdo mais reduzido.

Os tutores do ensino a distância fazem parte dos profissionais dessa modalidade de ensino para tirar as dúvidas dos alunos. Assim, “Cabe ao tutor EaD, dar suporte ao professor da disciplina corroborando com as correções e devolutivas” (UNISA, 2014, p. 15). Sobre a atribuição do tutor, a Unesa (2013, p. 88) esclarece:

[...] principal tarefa é orientar e motivar o aluno, acompanhando suas atividades nas disciplinas sob sua responsabilidade, procurando sempre orientá-lo quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo, de estudo cooperativo e

¹³ Saviani (1994) apresenta as diferenças entre os estudantes e como conciliam seu trabalho com sua formação superior, apoiado nas definições de Romanelli (1994) sobre os estudantes universitários, com as seguintes características: - Estudantes de tempo integral: mantidos pelas famílias, com disponibilidade para se dedicar aos estudos em tempo integral; - Estudante trabalhador: é aquele que trabalha, contudo depende ainda financeiramente dos seus familiares; - Trabalhador-estudante: neste caso, não dependem de seus familiares, podendo muitas vezes auxiliar no orçamento familiar, seus estudos dependem de financiamento próprio.

colaborativo e à melhoria do processo ensino-aprendizagem, sobretudo a partir dos conteúdos e experiências apresentados.

A análise dos PPPs das IES de maior expressão no Estado de São Paulo, já identificadas no decorrer do texto, apresentam algumas lacunas importantes no processo de formação profissional, deflagram que os currículos direcionam mais ênfase ao fazer profissional, falta clareza quanto ao desenvolvimento da pesquisa e extensão e o estágio supervisionado obrigatório os documentos não detalham como este ocorrerá no decorrer da formação.

A rápida expansão do EaD no Serviço Social tem impacto direto na formação, na execução do trabalho profissional e, principalmente, para o PEP defendido pela categoria. Esse projeto nasce a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo que há na profissão e define uma direção ética e política para a categoria frente à realidade social no modo de produção capitalista. Apresentando um perfil profissional ancorado na teoria social marxista, compromissado na defesa dos direitos sociais, na liberdade, ética, na busca de outra sociabilidade, que é contrária à sociabilidade do capitalismo, é um projeto revolucionário, e sua compreensão depende essencialmente do entendimento das contradições presentes nesse modo de produção, e do entendimento de que a divisão de classes não pode ser banalizada ou naturalizada como algo comum na sociedade.

Para isso, as Diretrizes Curriculares da Profissão de 1996 buscam os elementos essenciais para um aprofundamento teórico e sua relação com a prática profissional na formação de um perfil profissional que não seja conformista e colaboracionista com os interesses do capital.

[...] o profissional ainda que continue atuando sobre os mesmos fundamentos capitalistas expressos no cotidiano profissional e no das classes sociais, pode (possa) compreender melhor a natureza do significado de sua prática no contexto das relações sociais, compreensão essa que lhe permite saber quando avançar e quando recuar. Neste sentido, a escolha compromissada dos aportes teóricos e do método como uma relação necessária e constituinte entre sujeito e objeto do conhecimento é um passo indispensável ao profissional (GUERRA, 2007, p.16).

Considerar esse projeto profissional implica manter uma relação direta com o processo de formação profissional, a educação mercadológica, em detrimento da concepção de formação profissional plenamente alinhada às Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996, para atender mecanicamente às necessidades expressas pelos interesses do capital. Nessa perspectiva, a busca é por um profissional capaz de atender às necessidades das políticas públicas que exigem um perfil profissional capaz de responder às necessidades de execução e gestão dessas políticas ofertadas para a população, negando um perfil profissional que prioriza compreender os mecanismos utilizados pelo Estado (entendido com uma direção social definida) no controle da ordem social vigente. Essas necessidades

buscam um novo perfil profissional que atenda plenamente aos interesses de controle do capital.

A crescente expansão do EaD expressa um desafio para a profissão, se considerarmos os anos de 2012, 2013 e 2014 o contingente de novos profissionais formados na atualidade são representados pela modalidade a distância, em 2014 do total de formados 13.343 eram provenientes do EaD, enquanto que 12.129 concluíram o curso na modalidade presencial, deste 2.850 do ensino público, dessa forma o maior contingente profissional é proveniente das IES privadas e na modalidade a distância.

O aumento e fortalecimento do EaD é questão que se coloca nas últimas décadas e podemos identificar, nesse contexto, que as determinações das Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996 não se realizam de maneira plena; que existe uma fragilidade dessas universidades na relação entre ensino, pesquisa e extensão; não há garantia de que essas dimensões do processo de conhecimento serão plenamente atendidas; alunos encontram dificuldades em cumprir o estágio obrigatório, que acaba ocorrendo de forma extremamente precária, comprometendo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.

Na modalidade EAD, o estágio, apesar de obrigatoriamente ter que ser feito de modo presencial em uma instituição com profissional de Serviço Social habilitado para tal, sofre um processo de desqualificação, pois as instituições de ensino ofertam tais cursos na modalidade de EaD não vêm garantindo condições objetivas para a supervisão de estágio, o que se relaciona com a própria natureza desta modalidade de ensino (PEREIRA, 2012, p. 59).

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a contrarreforma, a ofensiva mercantilista e privatista na educação superior se amplia de maneira vertiginosa, tornando-a um serviço que visa atender aos interesses de lucro do capital, que busca um perfil profissional adaptável às necessidades de empregabilidade do mercado de trabalho. Assim, a questão que se coloca é o controle sobre a classe trabalhadora, pois uma educação que se direciona apenas para a diplomação exerce com maestria a função de controlar os trabalhadores. “Outra necessidade fulcral do capital é o controle da classe trabalhadora: quanto menos controle o trabalhador tiver diante do processo produtivo, menor a possibilidade de resistência.” (PEREIRA, 2012, p. 63).

O EaD é uma modalidade de ensino que se amplia cada vez mais, pois atende as necessidades advindas do próprio interesse do capital. Esta modalidade de ensino no serviço social vem ganhando cada vez mais espaços e se ampliando de forma que os formandos nesta modalidade de ensino se sobrepõem ao ensino presencial.

No entanto, essa formação ocorre na ausência de contato com os colegas; do professor responsável pela disciplina; da relação com o tutor; de espaços de vivência; enfim, são as não relações que definem essa “nova” formação. E isso, em uma profissão em que o contato direto com o atendido é fundamental. Amplia-se a necessidade de debater que novos profissionais são esses:

[...] o perfil do profissional formado na modalidade EaD será marcado pela realização de estágios precários, pela ausência da transversalidade da pesquisa ao longo da formação, bem como a ausência de rica vivência junto à comunidade acadêmica e a um corpo docente com perfis e trajetórias teóricas distintas. Trata-se, logo, de um perfil empobrecido de formação profissional (PEREIRA, 2012, p.61).

Essa realidade coloca algumas questões: Qual é o perfil desses novos profissionais? É possível aproximar esses novos profissionais para a defesa do Projeto Ético Político (PEP)? Como a categoria deve se organizar para buscar a aproximação desses profissionais das lutas defendidas historicamente pela profissão?

Na atualidade existem duas formações na profissão em andamento, uma que é funcional a ordem do capital e outra que é oposição. A concepção de formação funcional tem todos os elementos necessários para se tornar dominante, pois atende as necessidades próprias do sistema capitalista, ela é a tendência. Assim, é necessário apreender esse Serviço Social que se desenvolve e se fortalece paulatinamente a cada ano, torna-se urgente a compreensão dos rumos tomados pela profissão.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Formação do assistente social no Brasil e consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, 2004, p. 72-81.

_____. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1994. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017

_____. **Documento estratégico do Banco Mundial. A educação na América Latina e Caribe**. 1999. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BAUTZER, Tatiana. O dono da Laureate, quem diria, fugiu da escola. **Revista Exame**, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1052/noticias/ele-fugiu-da-escola>>. Acesso em: 5 maio 2016.

BRASIL. **Decreto de 20 de outubro de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015. BRASIL. Presidência da República.

_____. **Decreto n. 5.622**, de 19 de dez de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BUARQUE, Cristovam. **Universidade numa encruzilhada. A Universidade na Encruzilhada**. In: SEMINÁRIO: UNIVERSIDADE: POR QUE E COMO REFORMAR? Unesco: Brasil/Ministério da Educação, Brasília, 6-7 de agosto de 2003, p. 23-66. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968POR.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). **Sinopse estatística da educação superior 2014**. Brasília: Inep/MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 2006**. Brasília: Inep/MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 20 maio 2016.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados E-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EaD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: _____; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 51-70.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUSA, Dayanne. Estácio lucra R\$ 131,9 milhões no 2º trimestre. **Revista Exame**, 6 ago. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/estacio-lucra-r-131-9-milhoes-no-2o-trimestre-alta-de-53-4>>. Acesso em: 5 maio 2016.

UNESCO. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira – para a próxima década 2011-2020**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ (UNOPAR). **Projeto político-pedagógico do curso de serviço social (EaD)**. Ano 2013. Disponível em: <<http://www.unoparead.com.br/documentos/guia-percurso/servico-social.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA). **Projeto político pedagógico do curso de serviço social (EaD)**. Ano 2013. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/4436445/ppc%20-%20servi%C3%A7o%20social%20ead%20.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP). Disponível em: <http://www.unip.br/ensino/graduacao/tradicionais/hum_serv_social_grade.aspx>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA). **Projeto político-pedagógico do curso de serviço social**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.unisa.br/biblioteca/ppc/PPC%20-%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

UNIVERSIDADE ANHANGUERA (UNIDERP). **Projeto político-pedagógico do curso de serviço social (EaD)**. Ano 2015. Disponível em: <http://www.uniderp.br/uniderp/pdf/mec/matriz/PPC_ServicoSocial.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

VALOR ECONÔMICO. **Kroton e Estácio aprova projeto de fusão de negócios**. Publicado em: 8 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4629205/kroton-e-estacio-aprovam-proposta-de-fusao-de-negocios>>. Acesso em: 15 jul.2016.